



**CLIMATE CHANGE GOVERNANCE: Multilevel regulation in climate
change and trade
PIBIC
2024-2025**

Orientadora:

Prof^ª. Paula Wojcikiewicz Almeida

**CENTRO DE PESQUISA EM DIREITO GLOBAL (CPDG)
PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO DA REGULAÇÃO**



Sumário

1	RESUMO	3
2	INTRODUÇÃO	3
3	OBJETIVOS.....	5
4	METODOLOGIA.....	5
5	CRONOGRAMA.....	6
6	BIBLIOGRAFIA.....	6
	SUB-PROJETO DE PESQUISA PARA OS ALUNOS BOLSISTAS (2023-2024).....	9
a)	Identificação.....	9
b)	Problema e objetivo de pesquisa	9
c)	Metodologia.....	10
d)	Resultados esperados	10
e)	Cronograma.....	11
f)	Bibliografia inicial proposta.....	11

1 RESUMO

Aprovado em 2019, a União Europeia adotou o Pacto Ecológico Europeu com propósito de incentivar a transição ecológica e neutralizar as emissões de gases de efeito estufa da região até 2050. Nesse contexto, a Europa aprovou alterações para o *Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM)* com propósito de taxar as emissões de carbono e discute a aprovação da *European Union on Deforestation-free Regulation (EUDR)* para evitar a comercialização de produtos resultantes de processos de desmatamento e degradação. Essas medidas causarão impactos no comércio internacional. Países em desenvolvimento, que inclui Indonésia, Malásia, Brasil serão afetados economicamente pelas novas restrições ambientais europeias.

Desse modo, o presente projeto busca analisar o panorama de regulação internacional de mudança climática e seus efeitos ao comércio internacional. Objetiva-se mapear as principais regulações internacionais a nível global e regional sobre clima e meio ambiente, para que se possa responder a seguinte pergunta: como, e em que extensão, a regulação internacional sobre mudança climática e meio ambiente impacta as relações comerciais internacionais, incluindo o Brasil?

Este projeto PIBIC se insere no contexto do novo projeto de pesquisa *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG). A proposta é a identificação da influência entre regulação ambiental internacional e comércio internacional, considerando também o Brasil.

2 INTRODUÇÃO

Como Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 1992 e o Acordo de Paris em 2015, iniciou-se uma implementação gradual de normas internacionais, regionais e nacionais para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, mitigar os efeitos da mudança climática para as futuras gerações e promover adaptação e resiliência para os impactos já sofridos.

Aprovado em 2019, a União Europeia adotou o Pacto Ecológico Europeu com propósito de incentivar a transição ecológica e neutralizar as emissões de gases de efeito estufa da região até 2050. Nesse contexto, a Europa aprovou alterações para o *Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM)* com propósito de taxar as emissões de carbono.

Em 2023, o Parlamento Europeu aprovou a *European Union on Deforestation-free Regulation (EUDR)* ou Regulação Europeia sobre Desmatamento, em tradução livre. O objetivo é

minimizar o consumo de produtos que cause desmatamento e degradação florestal. A regulação ainda não está em vigor, mas a movimentação política e a relevância do tema indicam que entre 2024-2025 a EUDR já poderá ser aplicável.

Com o propósito de assegurar que o produto seja *deforestation-free*, a União Europeia exigirá das empresas produtoras de certos produtos, como soja, café, madeira e outros, documentos que comprovem o *compliance* da legislação interna do país sede da empresa e exigem medidas de auditoria próprias e mais restritas.

Por outro lado, o Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) lançado no início de 2023 reafirma a necessidade de compromissos para mitigação, adaptação e resiliência frente as consequências ambientais. Apesar da proposta da EUDR tenha o objetivo em proteger as florestas, há que se perguntar se a normativa não tem um cunho protecionista, ao impor barreiras não-alfandegárias a certos produtos.

As empresas de países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, terão, portanto, um espaço curto de tempo para se adaptar as novas exigências do mercado europeu. Estima-se que a EUDR ocasionará diversos impactos às empresas, especialmente em relação ao aumento de custo de produção. Ao mesmo tempo, esses países dependem do consumo da Europa, apesar da Malásia, por exemplo, ter afirmado que deixará de comercializar esses produtos.

Em meio a esse contexto, a União Europeia e os países do MERCOSUL estão finalizando as negociações sobre um tratado de livre comércio entre as duas organizações, que também exigirá o cumprimento de certos requisitos ambientais.

Portanto, o projeto aqui proposto tem como objetivo mapear a regulação ambiental internacional sobre mudanças climáticas e meio ambiente, analisar como essas normativas impactam o comércio internacional, incluindo a economia brasileira. Busca-se pesquisar o seguinte problema de pesquisa: como, e em que extensão, a regulação internacional sobre mudança climática e meio ambiente impacta as relações comerciais internacionais, incluindo o Brasil? Este projeto PIBIC se insere no contexto do novo projeto de pesquisa *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG), bem como na pesquisa de Regulação Internacional do Programa de Pós-Graduação da FGV Direito Rio.

3 OBJETIVOS

O objetivo desse projeto é identificar e mapear os instrumentos normativos internacionais que compõe a governança ambiental e climática, e o seu impacto no comércio internacional.

Para responder ao questionamento, os pesquisadores deverão analisar a regulação internacional sobre meio ambiente, mudança climática e florestas. Os pesquisadores serão encorajados a identificar semelhanças e diferenças entre as normas de proteção ambiental e a sua influência na dinâmica das relações comerciais entre os países. O projeto envolve o levantamento de uma cartografia preliminar da estrutura de governança ambiental e climática a nível internacional, com a identificação das normativas e dos atores institucionais relevantes.

Os pesquisadores serão encorajados a interligar conhecimentos teóricos sobre Regulação Internacional Ambiental e Comércio Internacional, a fim de extrair deduções analíticas acerca dos dados brutos apresentados. Exemplificativamente, é possível mencionar as seguintes: (i) como ocorre o diálogo entre as normas de proteção ambiental e climático em diferentes níveis? (ii) quais são os impactos dessas normas para as relações comerciais internacionais, incluindo para o Brasil? Este projeto PIBIC se insere no contexto do novo projeto de pesquisa *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG).

4 METODOLOGIA

O projeto seguirá metodologia de pesquisa documental e bibliográfica acerca das normas internacionais, regionais e nacionais sobre governança ambiental e climática; para posteriormente analisar impacto no comércio internacional. Por meio de uma abordagem qualitativa, será necessário compreender a relação entre comércio e meio ambiente.

Cumprirá aos pesquisadores:

- (i) Participar de eventos internacionais e nacionais que abordem o tema de florestas, mudança climática, desmatamento, comércio internacional e transição energética;
- (ii) Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre mudanças climáticas;
- (iii) Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre florestas e desmatamentos;

- (iv) Classificar qualitativamente a relação entre normas de proteção ambiental e as relações comerciais internacionais;
- (v) Compreender os impactos ambientais e econômicos das normas internacionais e regionais vigentes.
- (vi) Analisar o impacto das normas regionais e internacionais sobre meio ambiente na economia brasileira.

Partindo, tanto dos dados coletados como das pesquisas qualitativas sobre as próprias normas de governança ambiental e climática, os pesquisadores poderão analisar e responder às questões principais do projeto, acima enunciadas. As referências identificadas deverão ser catalogadas em conformidade com os padrões definidos e os pesquisadores deverão apresentar o resultado de suas pesquisas. A ordem das atividades propostas está sujeita à disponibilidade dos atores envolvidos e pode ser alterada.

5 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Participar de eventos internacionais e nacionais que abordem o tema de florestas, mudança climática, desmatamento, comércio internacional e transição energética	X	X	X									
Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre mudanças climáticas			X	X	X							
Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre florestas e desmatamentos					X	X	X					
Classificar qualitativamente a relação entre normas de proteção ambiental e as relações comerciais internacionais							X	X	X			
Compreender os impactos ambientais e econômicos das normas internacionais vigentes.										X	X	X
Analisar o impacto das normas regionais e internacionais sobre meio ambiente na economia brasileira										X	X	X

6 BIBLIOGRAFIA

6.1 LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

JONG, Daniëlla Dam-de; AMTENBRINK, Fabian (Eds). Netherlands Yearbook of International Law: A Greener International Law - International Legal Responses to the Global Environmental Crisis. Asser Press, Springer, 2021. 348 p.

MARCU, Andrei; MEHLING, Michael; COSBEY, Aaron. Border Carbon Adjustments in the EU: Issues and Options. ERCST, Roundtable on Climate Change and Sustainable Transition, 2020. 70 p. 19 Nov. 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3703387.

MBENGUE, Makane Moïse. International Environmental Law. Leiden, Boston: Brill | Nijhoff, V. 16, 2022. 374 p.

EIKE, Laima; PETRI, Franziska. The EU in Global Energy Governance. Handbook of Energy Governance in Europe, May 2020, pp. 1-26. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-319-73526-9_41-1

6.2 ARTIGOS EM REVISTAS

EIKE, Laima; WEKO, Silvia; APERGI, Maria; MARIAN, Adela. Pulling up the carbon ladder? Decarbonization, dependence, and third-country risks from the European carbon border adjustment mechanism. Energy Research & Social Science, Elsevier, October 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102240>.

ELLIS, J.; MOARIF, S. Identifying and addressing gaps in the UNFCCC reporting framework, OECD/IEA Climate Change Expert Group Papers. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5jm56w6f918n-en2015>.

ELLIS, J.; BRINER, S.; MOARIF, S.; BUCHNER, B. Frequent and Flexible: Options for Reporting Guidelines for Biennial Update Reports, OECD/IEA Climate Change Expert Group Papers. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5k45165j1kmg-en>.

EVANS, Nick; DUWE, Matthias; VELTEN, Eike. Policy consistency: What it means, how to measure it, and links with other processes, Considerations on the implementation of the EU Climate Law. EcoLogic Institute. 2 May 2023. Disponível em: <https://www.ecologic.eu/19265>.

PAUW, W. P.; CASTRO, P.; PICKERING, J.; BHASIN, S. Conditional nationally determined contributions in the Paris Agreement: foothold for equity or Achilles heel? Climate Policy, v. 20 n. 4, 2020, pp. 468-484. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14693062.2019.1635874>.

SAKAI, Marco; BARRETT, John. Border carbon adjustments: Addressing emissions embodied in trade. Energy Policy, v. 92, May 2016, pp. 102-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2016.01.038>.

6.3 DOCUMENTOS NA INTERNET E NOTÍCIAS

BACCHUS, James. Legal Issues with the European Carbon Border Adjustment Mechanism. Cato Institute, 9 August 2021. Disponível em: https://www.cato.org/briefing-paper/legal-issues-european-carbon-border-adjustment-mechanism?utm_campaign=Trade%20Chronicle&utm_medium=email&_hsmi=153023542&_h

senc=p2ANqtz-_xrZ4ECwpKoVO9XZVz8iVWSvXmsuNtH_qeUb0sRPGicONT-7z6Ay_Jd51eZChxoKtbukY8HyVedrEO7lZzsk4R31srbg&utm_content=153023542&utm_source=hs_email

EUROPEAN COMMISSION. Delivering the European Green Deal. 2023. Disponível em: <https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal_en>.

GRIZZI, Ana Luci. CBAM: o ajuste de preço de carbono na UE e a descarbonização no Brasil. Valor Econômico, 8 May 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/esg/artigo/cbam-o-ajuste-de-preco-de-carbono-na-ue-e-a-descarbonizacao-no-brasil.ghtml>.

OBSERVATÓRIO DE BIOECONOMIA. Fundação Getúlio Vargas da Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP). Nota: Nova Regulação Europeia para combater o desmatamento. 2023. 4 p. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/nota_-_eu_desmatamento_4.pdf.

WEBER, Katharina. Forest protection(ism)? Perceptions of the European Deforestation Regulation. GEM-DIAMOND, 28 Abril 2023. Disponível em: <https://gem-diamond.eu/blog/forest-protectionism-perceptions-of-the-european-deforestation-regulation>.

6.4 INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Synthesis Report for the Sixth Assessment Report: Climate Change 2023. Interlaken: 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>.

EUROPEAN COMMISSION. Communication from the Commission to the Council and the European Parliament. Forest Law Enforcement, Governance and Trade (FLEGT). Proposal for an EU Action Plan. Brussels, 21 May 2003. 32 p.

EUROPEAN COMMISSION. Inception Impact Assessment: carbon border adjustment mechanism (2020). Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12228-EU-Green-Deal-carbon-border-adjustment-mechanism-en>.

EUROPEAN COMMISSION. Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the making available on the Union market as well as export from the Union of certain commodities and products associated with deforestation and forest degradation and repealing Regulation (EU) No 995/2010. Brussels, 17 Nov. 2021. 80p.

EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL. REGULATION (EU) No 995/2010 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 20 October 2010 laying down the obligations of operators who place timber and timber products on the market. Amended by regulation (EU) 2019/1010 of the European Parliament and of the Council of 5 June 2019. 5 June 2019. 13 p.

SUB-PROJETO DE PESQUISA PARA OS ALUNOS BOLSISTAS

“CLIMATE CHANGE GOVERNANCE: Multilevel regulation in climate change and trade”

a) IDENTIFICAÇÃO

Número de alunos participantes: 2 (dois)

Nome da orientadora: Paula Wojcikiewicz Almeida

b) PROBLEMA E OBJETIVO DE PESQUISA

Aprovado em 2019, a União Europeia adotou o Pacto Ecológico Europeu com propósito de incentivar a transição ecológica e neutralizar as emissões de gases de efeito estufa da região até 2050. Nesse contexto, a Europa aprovou alterações para o *Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM)* com propósito de taxar as emissões de carbono e discute a aprovação da *European Union on Deforestation-free Regulation (EUDR)* para evitar a comercialização de produtos resultantes de processos de desmatamento e degradação. Essas medidas causarão impactos no comércio internacional. Países em desenvolvimento, que inclui Indonésia, Malásia, Brasil serão afetados economicamente pelas novas restrições ambientais europeias.

Desse modo, o presente projeto busca analisar o panorama de regulação internacional de mudança climática e seus efeitos ao comércio internacional. Objetiva-se mapear as principais regulações internacionais a nível global e regional sobre clima e meio ambiente, para que se possa responder a seguinte pergunta: como, e em que extensão, a regulação internacional sobre mudança climática e meio ambiente impacta as relações comerciais internacionais?

Portanto, o projeto aqui proposto tem como objetivo mapear a regulação ambiental regional e internacional sobre mudanças climáticas e meio ambiente, analisar como essas normativas impactam o comércio internacional. A proposta tem relação com a pesquisa de Regulação Internacional do Programa de Pós-Graduação da FGV Direito Rio. Este projeto PIBIC se insere no contexto do novo projeto de pesquisa *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG). O objetivo é a identificação da influência entre regulação ambiental internacional e comércio internacional, especialmente em relação ao Brasil.

c) METODOLOGIA

O projeto seguirá metodologia de pesquisa documental e bibliográfica acerca das normas internacionais, regionais e nacionais sobre governança ambiental e climática; para posteriormente analisar impacto no comércio internacional. Por meio de uma abordagem qualitativa, será necessário compreender a relação entre comércio e meio ambiente.

Cumprirá aos pesquisadores:

- (i)* Participar de eventos internacionais e nacionais que abordem o tema de florestas, mudança climática, desmatamento, comércio internacional e transição energética;
- (ii)* Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre mudanças climáticas;
- (iii)* Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre florestas e desmatamentos;
- (iv)* Classificar qualitativamente a relação entre normas de proteção ambiental e as relações comerciais internacionais;
- (v)* Compreender os impactos ambientais e econômicos das normas internacionais vigentes;
- (vi)* Analisar o impacto das normas regionais e internacionais sobre meio ambiente na economia brasileira.

Partindo, tanto dos dados coletados como das pesquisas qualitativas sobre as próprias normas de governança ambiental e climática, os pesquisadores poderão analisar e responder às questões principais do projeto, acima enunciadas. As referências identificadas deverão ser catalogadas em conformidade com os padrões definidos e os pesquisadores deverão apresentar o resultado de suas pesquisas. A ordem das atividades propostas está sujeita à disponibilidade dos atores envolvidos e pode ser alterada.

d) RESULTADOS ESPERADOS

O projeto tem como objetivo o engajamento dos alunos em eventos e projetos internacionais e nacionais sobre mudança climática, direitos humanos e litigância climática.

Espera-se a produção de um relatório de pesquisa para o Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) sobre as normas internacionais sobre a obrigação dos Estados em relação a mudança climática e as opiniões consultivas pelos tribunais internacionais. Ademais, os alunos

ajudarão a elaborar um projeto de pesquisa sobre o tema, para ser submetido para programas de financiamento de pesquisa.

Também se propõe que os(as) alunos(as) participantes preparem e publiquem seus próprios artigos curtos para publicação em blogs e sites de notícias, como um subproduto da pesquisa.

e) CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Participar de eventos internacionais e nacionais que abordem o tema de florestas, mudança climática, desmatamento, comércio internacional e transição energética	X	X	X									
Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre mudanças climáticas			X	X	X							
Mapear os instrumentos normativos internacionais e regionais sobre florestas e desmatamentos					X	X	X					
Classificar qualitativamente a relação entre normas de proteção ambiental e as relações comerciais internacionais							X	X	X			
Compreender os impactos ambientais e econômicos das normas internacionais vigentes.										X	X	X
Analisar o impacto das normas regionais e internacionais sobre meio ambiente na economia brasileira										X	X	X

f) BIBLIOGRAFIA INICIAL PROPOSTA

F.1) LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

JONG, Daniëlla Dam-de; AMTENBRINK, Fabian (Eds). Netherlands Yearbook of International Law: A Greener International Law - International Legal Responses to the Global Environmental Crisis. Asser Press, Springer, 2021. 348 p.

MARCU, Andrei; MEHLING, Michael; COSBEY, Aaron. Border Carbon Adjustments in the EU: Issues and Options. ERCST, Roundtable on Climate Change and Sustainable Transition, 2020. 70 p. 19 Nov. 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3703387.

MBENGUE, Makane Moïse. *International Environmental Law*. Leiden, Boston: Brill | Nijhoff, V. 16, 2022. 374 p.

EIKE, Laima; PETRI, Franziska. The EU in Global Energy Governance. *Handbook of Energy Governance in Europe*, May 2020, pp. 1-26. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-319-73526-9_41-1

F.2) ARTIGOS EM REVISTAS

EIKE, Laima; WEKO, Silvia; APERGI, Maria; MARIAN, Adela. Pulling up the carbon ladder? Decarbonization, dependence, and third-country risks from the European carbon border adjustment mechanism. *Energy Research & Social Science*, Elsevier, October 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102240>.

ELLIS, J.; MOARIF, S. Identifying and addressing gaps in the UNFCCC reporting framework, OECD/IEA Climate Change Expert Group Papers. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5jm56w6f918n-en2015>.

ELLIS, J.; BRINER, S.; MOARIF, S.; BUCHNER, B. Frequent and Flexible: Options for Reporting Guidelines for Biennial Update Reports, OECD/IEA Climate Change Expert Group Papers. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5k45165j1kmq-en>.

EVANS, Nick; DUWE, Matthias; VELTEN, Eike. Policy consistency: What it means, how to measure it, and links with Other processes, Considerations on the implementation of the EU Climate Law. EcoLogic Institute. 2 May 2023. Disponível em: <https://www.ecologic.eu/19265>.

PAUW, W. P.; CASTRO, P.; PICKERING, J.; BHASIN, S. Conditional nationally determined contributions in the Paris Agreement: foothold for equity or Achilles heel? *Climate Policy*, v. 20 n. 4, 2020, pp. 468-484. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14693062.2019.1635874>.

SAKAI, Marco; BARRETT, John. Border carbon adjustments: Addressing emissions embodied in trade. *Energy Policy*, v. 92, May 2016, pp. 102-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2016.01.038>.

F.3) DOCUMENTOS NA INTERNET E NOTÍCIAS

BACCHUS, James. Legal Issues with the European Carbon Border Adjustment Mechanism. Cato Institute, 9 August 2021. Disponível em: https://www.cato.org/briefing-paper/legal-issues-european-carbon-border-adjustment-mechanism?utm_campaign=Trade%20Chronicle&utm_medium=email&_hsmi=153023542&_hsenc=p2ANqtz-_xrZ4ECwpKoVO9XZVz8iVWSvXmsuNtH_qeUb0sRPGicONT-7z6Ay_Jd51eZChxoKtbukY8HyVedrEO7lZzsk4R31srbg&utm_content=153023542&utm_source=hs_email

EUROPEAN COMMISSION. Delivering the European Green Deal. 2023. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal_en.

GRIZZI, Ana Luci. CBAM: o ajuste de preço de carbono na UE e a descarbonização no Brasil. *Valor Econômico*, 8 May 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/esg/artigo/cbam-o-ajuste-de-preco-de-carbono-na-ue-e-a-descarbonizacao-no-brasil.ghtml>.

OBSERVATÓRIO DE BIOECONOMIA. Fundação Getúlio Vargas da Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP). Nota: Nova Regulação Europeia para combater o desmatamento. 2023. 4 p. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/nota_-_eu_desmatamento_4.pdf.

WEBER, Katharina. Forest protection(ism)? Perceptions of the European Deforestation Regulation. GEM-DIAMOND, 28 Abril 2023. Disponível em: <https://gem-diamond.eu/blog/forest-protectionism-perceptions-of-the-european-deforestation-regulation>.

F.4) INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Synthesis Report for the Sixth Assessment Report: Climate Change 2023. Interlaken: 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>.

EUROPEAN COMMISSION. Communication from the Commission to the Council and the European Parliament. Forest Law Enforcement, Governance and Trade (FLEGT). Proposal for an EU Action Plan. Brussels, 21 May 2003. 32 p.

EUROPEAN COMMISSION. Inception Impact Assessment: carbon border adjustment mechanism (2020). Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12228-EU-Green-Deal-carbon-border-adjustment-mechanism-_en.

EUROPEAN COMMISSION. Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the making available on the Union market as well as export from the Union of certain commodities and products associated with deforestation and forest degradation and repealing Regulation (EU) No 995/2010. Brussels, 17 Nov. 2021. 80p.

EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL. REGULATION (EU) No 995/2010 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 20 October 2010 laying down the obligations of operators who place timber and timber products on the market. Amended by Regulation (EU) 2019/1010 of the European Parliament and of the Council of 5 June 2019. 5 June 2019. 13 p.